

Maria do Rosário Prata Ferreira dos Santos

A LENDA DOS SETE INFANTES

Arqueologia de um destino épico medieval

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2005

Dissertação de Doutoramento em Letras, área de Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Literatura Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sob a orientação do Professor Doutor Helder Lourenço Godinho, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

APRESENTAÇÃO

Como todos os trabalhos, este tem uma história. Como sucede com muitos trabalhos, a história deste não é linear. Um projecto de investigação começa necessariamente pela escolha de um campo e pela definição do objecto a estudar. As minhas anteriores pesquisas, incidindo no cruzamento entre a literatura medieval românica, a cultura da nobreza peninsular dos séculos XII-XIV e a antropologia do imaginário, apontavam o âmbito no qual me deveria fixar. Como tinha já encetado pesquisa sobre as estruturas mítico-simbólicas subjacentes a narrativas historiográficas tratadas pelo conde de Barcelos e focando, numa perspectiva hermenêutica, a questão das alianças férteis entre guerreiros cristãos e donzelas mouras no contexto da divisão da terra de Espanha, a minha proposta de objecto acabou por recair na chamada lenda dos *Sete Infantes* de Lara, ou de Salas, de que a *Crónica de 1344* contém uma das versões consideradas mais emblemáticas. Não se tratava de um tema por desbravar, uma vez que tinha já sido magistral e extensamente tratado por Menéndez Pidal, na esteira do qual muitos trabalhos de menor envergadura, concordantes ou discordantes com as propostas do eminente hispanista, se tinham seguido. Mas a própria antiguidade desse estudo fundacional, sobre o qual, à data de início das minhas pesquisas, em 1996, tinha passado exactamente um século, e que se mantinha actual e insubstituível, me parecia

constituir um estímulo. Tratava-se, pois, de definir a especificidade do objecto que me propunha tratar partindo de um ponto de vista alternativo, e de seguir em frente.

Ora, nesse momento, começaram os problemas. Afinal, o que era a lenda dos *Sete Infantes*, quais os seus elementos narrativos e imagéticos constituintes, quais os textos que melhor a representavam, qual a sua origem? As leituras, tanto de um *corpus* de textos historiográficos – os únicos que se enquadravam na época pré-definida para a investigação – contendo as versões da lenda mais assiduamente mencionadas nos estudos sobre essa matéria, como da bibliografia crítica que sobre ela incidia, em vez de se mostrarem esclarecedoras, suscitavam perplexidades de todo o tipo. Tais perplexidades relacionavam-se não tanto com as conclusões a que esses estudos chegavam, e que a minha ignorância sobre um assunto do qual apenas tinha conhecimentos básicos, comuns a qualquer hispanista razoavelmente informado, não me permitia apreciar devidamente, mas com os mesmos princípios de que esses estudos partiam.

Antes de mais, os trabalhos incidindo sobre a problemática textual relacionada com esta matéria reconheciam a existência de, basicamente, duas versões principais da lenda: uma, mais antiga, castelhana, fixada na compilação alfonsina da *Estoria de España*, cerca de 1274; e outra, um pouco mais recente, bastante mais extensa, portuguesa, incluída na *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Todavia, ao abordarem as questões que se propunham tratar, os investigadores pouco cuidado tinham em salvaguardar a fidelidade dos textos sobre os quais testavam as suas hipóteses a essas versões matriciais. Enquanto representante da *Estoria de España*, o uso instituíra, como texto de referência, a edição pidaliana daquilo que este autor intitulou “Primeira Crónica General de España”, mas que, na

secção referente à lenda dos *Sete Infantes*, corresponde, afinal, a uma versão pós-alfonsina da crónica, datada já de 1289, em pleno reinado de Sancho IV, e tendo sofrido entretanto uma amplificação retórica efectuada em âmbito eclesiástico. Como testemunho da *Crónica de 1344*, servia a edição crítica, levada a cabo por Lindley Cintra, da reformulação dessa obra efectuada, segundo esse autor, no virar do século XIV para século XV. Em ambos os casos, magníficos trabalhos de edição; mas, em ambos os casos também, textos que não só não correspondem à obra cujo título as edições parecem anunciar, como não se pode mesmo afirmar que sejam o seu representante mais fidedigno. Com efeito, existe, para a secção da *Estoria de España* em que comparece a lenda dos *Sete Infantes*, um razoável número de manuscritos que preservam variantes bastante mais próximas do texto primitivo da compilação alfonsina. Quanto à *Crónica de 1344*, cuja redacção original portuguesa se perdeu, foi traduzida para castelhano antes de ter sido reformulada, subsistindo dessa tradução um manuscrito que conserva a maior parte da obra, incluindo o troço relevante para o estudo dos *Sete Infantes*:

Afigurou-se-me, assim, que seriam estes, e não os anteriormente referidos, os testemunhos cronísticos mais representativos da lenda dos *Sete Infantes*, e, conseqüentemente, aqueles que, em nome do rigor, deveriam ser preferencialmente usados, ao contrário do que se vem verificando. O próprio Menéndez Pidal editara já criticamente, em 1951, o texto da lenda dos *Sete Infantes* segundo os manuscritos mais representativos da fixação alfonsina matricial; a lenda está agora também disponível como parte da edição crítica global do texto alfonsino de 1274 devida a Mariano de la Campa, embora seja de acesso restrito e difícil pois está integrada numa tese de doutoramento ainda inédita. Quanto à tradução castelhana do texto

não reformulado da *Crónica de 1344* está ainda, na sua maior porção, confinada ao manuscrito. Para dispor de uma base de trabalho adequada à minha perspectiva de investigação, fundamentalmente comparatista, impôs-se-me, assim, a necessidade de elaborar uma transcrição dos fólhos dessa tradução relevantes para o estudo da lenda dos *Sete Infantes*. O fruto desse trabalho preliminar é apresentado como Apêndice II desta dissertação.

Além disso, tendo-se estabelecido uma ampla tradição textual da lenda entre a fixação alfonsina e a versão do conde de Barcelos – ou seja, o texto não reformulado da *Crónica de 1344* –, impunha-se elucidar tanto quanto possível quais os elementos dessa versão que eram realmente novos e originais e quais aqueles que resultavam do processo de sucessivas reescritas a que a lenda tinha sido sujeita a partir do momento em que tinha dado entrada no âmbito historiográfico. Não que esta insistência na definição da especificidade textual das variantes significasse uma qualquer recusa das reescritas historiográficas, mas apenas uma tentativa de entender com rigor aquilo que essas variantes na realidade documentam.

Retomando as perplexidades acima referidas, um outro aspecto marcante foi o facto de, na generalidade, os estudos interpretativos não revelarem uma consciência muito clara da natureza do objecto que procuravam interpretar. A lenda dos *Sete Infantes* que a partir deles se infere é uma entidade de contornos fluidos, situada num plano autónomo, aquém ou além do universo textual, mas manifestando-se com igual grau de legitimidade em todos os testemunhos que dela restam. Este pressuposto torna lícito escolher arbitrariamente uma variante cronística particular do relato lendário e extrapolar as conclusões resultantes da respectiva análise para a lenda que ela representa; ou, alternativamente, não escolher

variante nenhuma e lidar com a lenda como se de uma amálgama de episódios e motivos se tratasse, ilustrando cada aspecto da análise com a variante avulsa do traço narrativo ou imagético implicado que melhor corrobora a conclusão a que o estudo pretende chegar. Um tal tipo de metodologia chega a permitir documentar pretensos traços arcaicos da lenda com base detalhes de reformulações historiográficas tardo-medievais cuja ligação a um estágio anterior da lenda nada de objectivo documenta nem, ao menos, sugere.

Reflectindo sobre os atropelos metodológicos descritos, e sobre aquilo que poderia motivá-los e sancioná-los, tornou-se claro que eles eram uma decorrência quase inevitável da forma como a comunidade científica entendia a relação entre a lenda dos *Sete Infantes* e os textos que, na historiografia, narram as circunstâncias que motivaram a trágica morte dos sete guerreiros em sangrenta batalha contra os mouros e a vingança cumprida por seu irmão Mudarra. Ao contrário dos restantes temas de natureza épica, ou épico-romanesca, que são recolhidos na historiografia castelhana em vernáculo após aflorações várias e não sistemáticas na crónica latina, a lenda dos *Sete Infantes* e o seu conjunto de personagens surge pela primeira vez, em absoluto, na *Estoria de España* alfonsina.

Não se trata, contudo, de um incipiente esboço, ou de uma referência pouco circunstanciada, mas de uma narrativa já perfeitamente construída e integrada, cuja secção final, protagonizada por um novo herói, irá ser muito desenvolvida, sem grandes alterações estruturais, na *Crónica de 1344*. Para além dessa extensão, nada do que os textos historiográficos transmitem induz a pensar que esta lenda terá alguma vez tido um passado ou uma evolução, parecendo ter surgido na noite dos tempos tal como a crónica a preserva. Daí que, tanto pela temática coerentemente

articulada em torno de um tema guerreiro, como pelo óbice a uma investigação empírica das suas origens, que o seu não anunciado advento historiográfico constitui, esta lenda tenha sido um instrumento de eleição para ilustrar a teoria das antigas origens da gesta castelhana. Os excertos historiográficos que a relatam não chegam, assim, a adquirir o valor de narrativas em si, dotadas em cada nova actualização de um desenvolvimento próprio e marcado pelas respectivas condições de escrita. Pelo contrário, os vários relatos mantiveram-se presos ao estatuto de testemunhos da existência de uma entidade idealizada que, objectivamente, nada documenta: a *Gesta dos Sete Infantes*.

Esta colagem entre os relatos da lenda e a sua idealizada matriz permitiu a reificação de uma hipotética fonte épica, um texto prévio altamente codificado, dotado das características temáticas e formais atribuídas à *gesta* hispânica. Um *cantar*, portanto, de que os textos cronísticos constituiriam prosificações, ou cópias de prosificações. A sensível diferença entre a variante da lenda fixada na compilação alfonsina e aquela que o conde de Barcelos incluiu na sua crónica impede que esta última seja considerada cópia da prosificação cronística anterior. Surge, assim, a necessidade ou de admitir uma intervenção autoral alargada que dê conta do desenvolvimento da narrativa, afastando-a da *gesta*, ou de supor a existência de um novo *cantar*, decorrente do anterior, que teria sido objecto de uma prosificação posterior.

Quer seja postulado um, quer dois *cantares*, como origem da lenda épica dos *Sete Infantes* (e o número deste tipo de fontes é ainda por vezes aumentado de modo a explicar alguns rasgos curiosos presentes em relatos historiográficos do século XV), o resultado é idêntico do ponto de vista teórico. Salda-se pelo anulamento da

capacidade de intervenção do autor, reformulador ou compilador cronístico no texto que lhe chega às mãos, e pela remissão de toda a responsabilidade pela organização significativa do relato para um nível pré-cronístico. Independentemente de se considerar que a fonte da narrativa em causa tem uma origem autóctone secular, ou que terá sido composta poucas décadas antes da compilação alfonsina com base em modelos literários reconhecidos, a postulação da existência de um *cantar*, *poema*, ou como se possa querer chamar-lhe, dos *Sete Infantes* prévio aos relatos cronísticos, e que teria sido fonte exclusiva destes, bloqueia a investigação quer sobre a lenda em si, arbitrariamente considerada como o ponto de partida de uma tradição destinada a reproduzi-la *ad infinitum*, quer sobre esses relatos cujo valor passa a estar equacionado com a representatividade que lhes é reconhecida face a essa tradição.

A admissão dos pressupostos referidos fechava assim a investigação sobre a lenda dos *Sete Infantes* num ciclo vicioso em que fontes hipotetizadas a partir dos textos e textos sobredeterminados pela suposta realidade dessas fontes se condicionavam mutuamente, não deixando abertura para novas hipóteses nem sobre o conteúdo da lenda nem sobre a constituição dos relatos cronísticos.

Esta verificação fez-me compreender que, antes de ser possível fazer trabalho interpretativo sério sobre a temática dos *Sete Infantes*, seria necessário tentar apurar quais os elementos narrativos e imagéticos constituintes dessa lenda de passado obscuro. Decidi então ampliar a análise comparativa de textos, cronísticos ou não, que preservam referências aos *Sete Infantes*, no sentido averiguar se poderiam de alguma forma reflectir aspectos de uma matéria lendária mais vasta. A informação

obtida permitiu complementar e esclarecer elementos da lenda épica preservada na historiografia, ajudando a redefinir e afinar os contornos da tradição.

O novo enquadramento lendário dos *Sete Infantes* resultante dessa fase da investigação permitiu-me reequacionar sobre novas bases a questão das fontes dos relatos cronísticos. Além disso, abriu o caminho para uma reproblemática da forma como os cronistas responsáveis pelas duas redacções historiográficas matriciais da lenda, a alfonsina de 1274 e a do conde D. Pedro em 1344, se terão posicionado, tanto material como ideologicamente, face aos elementos de que dispunham para a construção dos seus relatos. Tornou ainda possível uma tentativa de compreensão da forma como terão integrado nos respectivos textos as fontes de dispunham, elucidando também até que ponto os relatos que nos deixaram serão representativos de uma tradição prévia ou em que medida incluem elementos motivados, contextuais ou ideológicos, que os afastam dela.

Desta viagem em busca de um rumo resultou aquilo a que penso se poderá com alguma propriedade chamar uma "reconstrução arqueológica" do percurso lendário dos *Sete Infantes*. Gostaria que tivesse sido possível estender a pesquisa à história e personagem de Mudarra; contudo os contrangimentos temporais não o permitiram. Ficará como um desígnio a cumprir.

Chegada ao fim, apenas consegui, e mesmo assim de forma incompleta, reunir sobre a lenda dos *Sete Infantes* um conjunto de conhecimentos que poderão permitir a operação que, há oito anos já, me tinha proposto efectuar como ponto de partida da pesquisa: a caracterização da lenda dos *Sete Infantes* como objecto de estudo susceptível de servir de base a um estudo interpretativo culturalmente

integrado. Espero que as páginas que se seguem mostem que, apesar de não ter passado da proposta preliminar, este estudo valeu a pena.

Nunca esta dissertação teria chegado a bom porto sem o concurso de muitos. Nove anos de uma vida apostados num objectivo árduo, absorvente e situado à margem de todas as normais preocupações humanas é, na realidade, uma prova. Uma prova intelectual, sem dúvida; mas, mais ainda do que isso, uma prova emocional, um desafio insuspeitadamente duro às capacidades de resistência e de persistência, um cruel treino de renúncia. Chegado o fim, posto num dos pratos da balança um pesado maço de folhas impressas e no outro tudo aquilo que por ele se perdeu, é difícil não sentir que o preço foi demasiado alto. Reformulando noutra sede a questão com que terminei o parágrafo anterior, esbatem-se-me as certezas. Será que este estudo valeu a pena? Na verdade, não sei.

Como quer que seja, num momento de balanço como este, um elemento resta que não me suscita dúvidas: a gratidão para com todos os que me ajudaram a não soçobrar antes de chegar aqui. Várias formas de ajuda, a mais importante das quais não foi a ajuda intelectual, embora muito deva a muitos nesse campo, mas o afecto que sempre senti em todos os que dessa forma, como de muitas outras, me apoiaram.

Cabe-me, antes de mais, agradecer ao Professor Helder Godinho tudo o que com ele aprendi desde o logínquo ano de 1989 em que, pela primeira vez, assisti a um dos seus seminários. Ao longo destes dezasseis anos, nunca precisei do seu auxílio ou conselho que o não encontrasse. Para mim, foi muito mais que um